

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**

ANA CAROLINA DE SOUZA SEVERO

Arquivos e movimentos sociais: preservação, memória e resistência

2023

ANA CAROLINA DE SOUZA SEVERO

Arquivos e movimentos sociais: preservação, memória e resistência

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador Prof. Dr. Marcos Olender

JUIZ DE FORA

2023

SOUZA SEVERO , ANA CAROLINA .

Arquivos e movimentos sociais: preservação, memória e
resistência / ANA CAROLINA SOUZA SEVERO . -- 2023.
53 p.

Orientador: Marcos Olender

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, 2023.

1. movimentos sociais. 2. movimento estudantil. 3. preservação
dos acervos de movimentos sociais . I. Olender, Marcos, orient. II.

Título

ANA CAROLINA DE SOUZA SEVERO

Arquivos e movimentos sociais: preservação, memória e resistência

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História.

Aprovado em de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Olender- Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Leitor crítico – Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho a minha mãe, que nunca permitiu que eu desistisse, ao meu companheiro que sempre me apoiou e as minhas amigas que sempre me ajudar a continuar sou muito grata a todos vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Carolina Martins Saporetti Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, que me mostrou a importância dos movimentos estudantis e suas contribuições para a sociedade.

RESUMO

A presente monografia para conclusão de curso, busca compreender a importância dos movimentos sociais e estudantis no contexto do Brasil, e por conseguinte a preservação dos arquivos de movimentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTO SOCIAL, MOVIMENTO ESTUDANTIL, ARQUIVO, PRESERVAÇÃO.

SUMMARY

This monograph seeks to understand the importance of social and student movements in the context of Brazil, and consequently the preservation of the archives of social movements.

KEYWORDS: SOCIAL MOVEMENT, STUDENT MOVEMENT, ARCHIVE, PRESERVATION.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Incêndio na sede da UNE 1 de abril de 1964.....	19
Figura 2 Pagina do Correio da Manhã de 2 de abril de 1964 noticiando o ocorrido na sede da UNE.....	19
Figura 3 Discurso de Vladimir Palmeira na passeata dos 100 mil no dia 26 de junho de 1968	21
Figura 4: Jovens sendo presos no congresso de Ibiúna 13 de outubro de 1968	21
Figura 5 Manifestação dos estudantes pedindo o prédio da UNE de volta	22
Figura 6 Cartaz da Une em solidariedade ao povo palestino	23
Figura 7 Cartaz do Iº Encontro Estadual de Estudantes	27
Figura 8 Enterro simbolico do reitor	29
Figura 9 Enterro simbolico do reitor	30
Figura 10 Cartaz do Som Aberto DCE-UFJF.....	31
Figura 11 Notícia na tribuna de minas sobre o domingo musical	31
Figura 12 Foto do Primeiro Domingo Musical	32
Figura 13 Manifestação em prol da educação DCE-UFJF (19 de outubro de 2022)	33
Figura 14 Cartaz do DCE-UFJF sobre a falta de ônibus na universidade (1 de outubro de 2022).....	33
Figura 15 Cartaz sobre evento cultural do DCE-UFJF (05 de novembro de 2022).....	34
Figura 16 Cartaz da Une greve unificada de São Paulo (28 de novembro de 2023).....	37
Figura 17 cartaz comemorando a vitória da PL da autonomia universitária (29 de novembro de 2023).....	38
Figura 18 Evento de encerramento de gestão do DCE-UFJF.....	39
Figura 19 Cartaz “Você já foi a uma BIENAL DA UNE?”	39
Figura 20 cartaz do som aberto.....	40
Figura 21 Cartaz do som aberto evento tradicional da UFJF	44
Figura 22 Foto do Domingo Cultural	44
Figura 23 Cartaz do I Congresso Nacional de Arte – educação especial	45
Figura 24 Cartaz da festa junina do DCE-UFJF.....	45
Figura 25 Cartaz do Domingo Cultural	46
Figura 26 Cartaz do congresso de reconstrução da UEE-MG.....	46
Figura 27 Manifestação em prol do restaurante universitário da UFJF	47
Figura 28 Fotografia de uma manifestação para conquistar uma nova escola gratuita e popular	47
Figura 29 Cartaz pedindo para que os alunos se filiem ao DCE	48
Figura 30 Cartaz sobre a eleição para o DCE.....	48
Figura 31 Cartaz de inauguração do DCE-UFJF.....	49
Figura 32 Cartaz do I salão universitário de cultura da UFJF	49

Sumário

1- INTRODUÇÃO_____	11
2- O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS? _____	12
3- CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL _____	14
4- MOVIMENTOS ESTUDANTIS _____	15
5- MOVIMENTO ESTUDANTIL DE JUIZ DE FORA E DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA ____	24
6- PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS_____	34
7- ACERVO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE JUIZ DE FORA- DCE-UFJF, CECOM_____	41
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso busca ressaltar a importância da preservação da memória dos movimentos sociais, colocando os documentos produzidos por estes grupos como fontes de informações e conhecimentos. A elaboração, o uso e a organização/preservação dos documentos são fatores fundamentais para o próprio andamento desses movimentos. Por isso, seus documentos não são vistos apenas como objetos de estudos e pesquisas externas, mas como meio de registro das atividades e, portanto, estão presentes no cotidiano dos grupos.

Tendo como estudo de caso o acervo do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, custodiado no Centro de Conservação da Memória da mesma instituição, serão apresentadas algumas especificidades sobre os documentos deste órgão do movimento estudantil, que podem ser relacionados a documentos de outros movimentos sociais, buscando, assim, introduzir algumas questões sobre cuidados nas produções e difusão destes materiais destacando estes como lugares de memória, sendo assim, fontes que contextualizam a história desses grupos.

A escolha por este tema se deve pela importância da preservação da memória dos movimentos sociais e do movimento estudantil. Buscando assim dissertar sobre a importância da preservação da memória coletiva dos movimentos sociais e da necessidade da conservação dos acervos destes para o fortalecimento, reconhecimento e construção de uma história.

O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?

O termo movimento social foi criado por Lorenz von Stein para designar os movimentos operários que estavam ocorrendo na Europa. Pensando-se na função da lógica do capitalismo, os movimentos sociais se baseiam em múltiplas formas de participação como na visão Weber que vê nos movimentos sociais um fator que impulsiona a modernidade, já para Durkheim essa nova categoria vem da transição de formas de solidariedade simples, pois os indivíduos diferem pouco entre si, porque partilham os mesmos sentimentos e valores.

Karl Marx (2004) compreende os movimentos sociais como uma forma organizada racionalmente da classe trabalhadora, que se divide em sindicatos e partidos que lutam para que ocorra a transformação das relações capitalistas de produções.

Em sua obra “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos” Maria Gohn (2000) aponta Marx como o pensador que conseguiu unir a teoria dos movimentos sociais com a prática destes, através do conceito de práxis social, que na teoria marxista seria a transformação da natureza pelo homem, ou seja, a partir da interação do homem com a natureza ele é capaz de modificá-la de forma que esta atenda suas necessidades. Do ponto de vista de Marx os movimentos sociais seriam instrumento de transformação da sociedade, pois fariam a interação entre sociedade e classe operária, buscando melhores condições para os homens. Assim, Gohn destaca como a práxis social é importante, uma vez que, está “se realiza em conexão com a realidade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política” (Gohn, 2000:176)

Analisando outras abordagens sobre o conceito de movimentos sociais, deparou-se com o sociólogo Alain Touraine que estabeleceu novas bases para a interpretação dos movimentos sociais, ainda na década de 70. Segundo ele o movimento social se define como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica” (1977:336). O paradigma dos Novos Movimentos Sociais segundo Gohn, a partir da preocupação em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960, considerando a subjetividade dos indivíduos, dessa forma, os movimentos sociais se definem pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade” (Touraine, 1977:344).

Segundo Touraine, o processo de formação do indivíduo não se realiza de forma individual, mas sim na interlocução com outros indivíduos da mesma classe social. Portanto e justamente por meio do caráter não individualista do processo de subjetivação que Touraine

estabelece a ligação entre a noção de sujeito e o tema dos movimentos sociais. Em suas palavras:

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a ideia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito (Touraine, 1998:302).

Segundo Touraine (2003), os movimentos sociais têm o papel de serem interlocutores entre os sujeitos e o Estado, ou seja, os movimentos sociais têm o papel de desenvolver sujeitos livres e autônomos, e construir um diálogo entre as pessoas e o Estado.

Alberto Melucci (1994) é um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva, pois seu enfoque está ligado ao nível microssocial da sociedade, o que possibilita a compreensão do movimento. Devido a sua formação e atuação profissional, nas ciências sociais e na psicologia clínica, ele associa a análise das subjetividades dos indivíduos com o estudo das condições político-ideológicas de um dado contexto histórico. Neste sentido, há um claro distanciamento das concepções clássicas de movimentos sociais, como é possível observar no trecho a seguir:

Eu diria que me interessa pela dimensão pessoal da vida social porque estou convencido de que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais. Elas sempre se adaptam e dão um sentido próprio às condições que determinam as suas vidas. [...] eu sempre tive um interesse profundo pelas estruturas emocionais porque não me considero apenas um indivíduo racional (MELUCCI, 1994:153).

Tomados estes elementos essenciais, para Melucci, o fenômeno da ação coletiva deve ser entendido como:

[...] um conjunto de práticas sociais que envolvem simultaneamente certo número de indivíduos ou grupos que apresentam características morfológicas similares em contiguidade de tempo e espaço, implicando um campo de relacionamentos sociais e a capacidade das pessoas de incluir o sentido do que estão fazendo (MELUCCI apud GOHN, 2000:154).

Melucci critica o modelo clássico, já que considera a ação coletiva é vista como um resultado das condições estruturais, ou como expressão de crenças e orientações partilhadas, o que impediu de se entender a ação como um sistema de relações.

Dessa forma, constata-se que movimentos sociais são ações coletivas que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Onde estas ações delimitam interesses e constroem identidades no âmbito de seus grupos. Estes podem representar a resistência dos oprimidos e podem também atuar como fonte de energia para construção de novos horizontes.

CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Apesar de poder considerar como movimentos sociais a luta abolicionista, a formação de quilombos, a resistência indígena, desde o período colonial do Brasil, posteriormente o movimento republicano, pelas leis trabalhistas e pelo voto feminino; no formato em que se conhece os movimentos sociais da atualidade, autores afirmam que surgiram na década de 1950, com o fortalecimento do movimento sindical e os movimentos no campo que reivindicavam as melhores condições de trabalho, distribuição de terras e a não substituição da mão de obra por máquinas.

Durante as décadas de 1960 e 1970, coletivos contra o regime ditatorial e a favor dos direitos humanos tiveram grande destaque no cenário brasileiro. Apesar do governo militar impedir manifestações populares, marchas e protestos, os movimentos continuavam agindo mesmo na clandestinidade.

Os movimentos populares se destacaram na década de 70, principalmente a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos, em São Paulo, onde ocorreu também os movimentos por creches e movimentos por melhores condições de saúde. A década de 1970 trouxe à tona uma camada popular mais participante da política, pois até então essas classes mais baixas eram excluídas da política.

Com maior visibilidade dos movimentos populares as causas sociais conquistaram maior visibilidade. De acordo com o sociólogo Eder Sader (1987, p. 29) “Nessa representação a luta social aparece sob forma de pequenos movimentos que, num dado momento, convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.”

No fim da ditadura militar, depositava-se uma expectativa na força dos movimentos sociais com relação às melhorias na vida da sociedade brasileira. Porém o que ocorreu foi uma transição conservadora rumo a democratização, ou seja, as elites políticas segundo José Álvaro Moises “fortemente favoráveis à continuidade de mecanismos e de orientação da velha ordem” (Moisés 1989, apud Doimo, 1993, p. 148).

Com a redemocratização a prática dos movimentos sociais mudaram

No período de fechamento político, no crepúsculo do regime militar do final da década de 70, privilegiou-se a mobilização como meio de pressão sobre o sistema de decisões, momento em que se compuseram os impulsos mais expressivo-destrutivos deste ciclo reivindicativo. No entanto, nos anos subsequentes, de abertura política e consolidação democrática, tais impulsos arrefecer, dando lugar à sua face integrativo-corporativa, pela qual se requisitou o lado provedor do estado, na busca de sanções positivas as demandas então construídas (DOIMO, 1993, p.119).

As preocupações dos movimentos sociais modificaram. A luta não era mais pela democracia, mas por uma constituição que fosse realmente cidadã, que garantisse os direitos sociais e humanos. Já na década de 1990, as manifestações eram contra as privatizações e os governos neoliberalistas.

Nos anos 2000, apesar de um governo mais voltado para o lado social e a conquista de muitos direitos, havia manifestações e greves de diferentes classes trabalhistas, além do movimento estudantil, Movimento Sem Terra e outros. Sempre há direitos a conquistar.

MOVIMENTOS ESTUDANTIS

Quando se pensa em movimentos estudantis no Brasil, a primeira organização que aparece é a União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi o primeiro órgão reconhecido pelo governo como representante nacional dos estudantes universitários.

Em 1901, foi criada, a Federação dos Estudantes Brasileiros, uma primeira tentativa de organizar o movimento estudantil em âmbito nacional, porém esta entidade não teve muito tempo de atuação. Em 1910 foi realizado o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, na cidade de São Paulo.

A UNE foi criada em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, mas para os primeiros participantes da UNE ela foi criada apenas em 1938, pois acreditava-se que o apoio ministerial dado por Vargas, nada mais era que uma forma de manipulação política deste novo segmento social que começava a se expandir. Segundo o depoimento do médico geriatra Iruam Santana¹,

¹ Iruam Santana, vivo atualmente, fio um médico geriatra, que na época da criação da UNE era estudante de medicina. Ele foi entrevistado pela pesquisadora Maria Paula N. Araújo. A autora transcreveu trechos desta e de outras entrevistas no seu livro “Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias”, publicado em 2007.

a UNE de 1937 não representava de forma alguma a posição dos estudantes brasileiros como pose-se ver em seu depoimento

Em agosto de 1937, o que houve foi uma tentativa de evitar a UNE, e a anti-UNE por excelência. A reunião do conselho nacional dos estudantes e a posição anti-UNE, A UNE nasceu no encerramento do II congresso nacional dos estudantes, no dia 22 de dezembro de 1938, ali ela nasceu(Araújo, 2007, p. 24).

Conforme o depoimento acima pode-se perceber uma divergência no motivo da criação da UNE, para o governo a UNE era um órgão de controle dos estudantes e para os estudantes era uma entidade de caráter social e político que reunia os estudantes de diferentes classes sociais e políticas, havendo uma representação unificada.

O II Congresso Nacional dos Estudantes que ocorreu em 1938, mostra como os estudantes estavam dispostos a participar da política nacional. No fim do congresso foi eleita a primeira diretoria que comandaria a UNE.

Toda via, apesar de nos depoimentos apresentados pelo projeto memória do movimento estudantil utilizado para compor o livro memórias estudantis, mostrar divergências na data de criação da UNE, a data oficial que conta no site da UNE foi 11 de agosto de 1937.

Em meio as contradições do governo Vargas e as disputas por poder e ideologia, além do golpe do Estado Novo, nasce a UNE, mas não nasce através do projeto de Vargas, e sim por meio do II Congresso Nacional dos Estudantes, que buscavam uma entidade que representasse e lutasse pelos estudantes. Como no depoimento de Irum Santana

Nós queríamos fazer uma entidade de estudantes, cuidando dos interesses dos estudantes, mas, ao mesmo tempo, uma entidade política democrática, que estivesse, desde o início, lutando por todos os interesses nacionais. Surgiram, naquela época a luta pela siderurgia nacional, a luta pelo petróleo e nosso. Enfim, nós queríamos uma entidade assim, sonhamos com uma entidade dessejeito. E o espanto que eu vejo, agora, com a minha idade provecta e que àquele sonho nosso foi realizado na prática muito acima do que nós imaginávamos. Nosso sonho era este: uma entidade democrática, política, atuando politicamente e, ao mesmo tempo, tratando dos interesses dos estudantes. A UNE ultrapassou tudo que nos sonhávamos (ARAÚJO, 2007, p. 27).

Portanto, na visão da primeira geração da UNE ela cumpriu muito bem o papel para o qual foi criada, dando assim apoio aos estudantes e atuando politicamente, em prol da

democracia e dos interesses da classe estudantil.

A educação e a cultura tiveram um papel muito importante no Estado Novo, principalmente em relação a criação de uma identidade nacional. Neste ponto o Ministério da Educação buscou valorizar o ensino universitário, pois se entendia que as novas elites sairiam das universidades, por isso Vargas reconhece a criação da UNE com o propósito de uma entidade politizada como representação estudantil, mas na verdade ele estava buscando uma forma de manter essas novas elites sob seu controle.

Logo após a criação da UNE foi emitido um comunicado denunciando o avanço do nazifascismo, pois sabia-se que Vargas possuía grande apreço pelos países do eixo. Assim, os estudantes passaram a pressionar o governo, para que este declarasse apoio aos aliados. A pressão ocasionada pelos estudantes fez com que Filinto Muller fosse demitido, pois este era conhecido por suas prisões arbitrárias e torturas aos inimigos políticos. Segundo Maria Paula Araújo

A primeira grande passeata realizada pelos estudantes, no dia 4 de julho de 1942 no Rio de Janeiro, teve exatamente este objetivo: que o governo declarasse guerra ao eixo nazifascista. Essa passeata foi um marco para o movimento estudantil na época. E de certa forma para o governo de Getúlio Vargas porque ocasionou a queda de Filinto Muller (Araújo, 2007, p.35).

Outra ação que foi concretizada pela UNE contra os países do eixo, foi a ocupação do clube Germânia, localizado na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. O clube realizou uma comemoração após a vitória dos países do eixo, mostrando sua simpatia pelo nazifascismo. Assim, como protesto os estudantes tomaram o clube e fizeram daquele espaço a sede da UNE.

Compreender a relação de Vargas com os movimentos sociais e, mais especificamente, estudantis, não é tão simples, é uma relação complexa, visto que ao mesmo tempo que como um governo autoritário reprimia-se os movimentos, ele também permitia a atuação destes movimentos, ou seja, no governo Vargas estes movimentos andavam em uma linha tênue entre a liberdade de expressão e a repressão.

Uma outra luta que teve participação atuante do movimento estudantil foi a conquista do voto feminino. As mulheres lutavam pelo direito de votar, estudar, trabalhar, direitos básicos que eram negados. Segundo Constância Lima Duarte:

o século XX já inicia com a movimentação inéditas de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam pelo direito ao voto, ao curso

superior e a ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e nas indústrias (Duarte, 2003).

Conforme Genival Barbosa² presidente da UNE, eleito no Congresso de 1948, 60 mulheres participaram e votaram para a eleição do novo presidente, mostrando assim a importância do voto feminino e a vontade das mulheres exercerem seus direitos, observa-se que desde o início as mulheres tiveram participação política nos movimentos estudantis.

O período que vai de 1945 a 1964, para a UNE foi um período de transformações, no sentido das lideranças políticas, pois havia uma grande polarização entre esquerda e direita no cenário político brasileiro, e isso refletia nas eleições da UNE. Entre os anos 1950 e 1956 a UNE apresentou uma fase mais liberal, devido a eleição de uma corrente mais conservadora, que criticava a atuação dos comunistas e socialista no movimento estudantil.

Em 31 de março de 1964, ocorreu no Brasil o golpe que deu início a ditadura cívico-militar. Instaurou-se um dos períodos mais obscuro da história do país. Foi muito difícil para os movimentos sociais inclusive para o movimento estudantil que foi um dos primeiros a sofrer com o novo governo.

No dia primeiro de abril de 1964, a sede da UNE foi atacada e saqueada, colocaram fogo na sede, mostrando assim a intolerância da ditadura com o movimento estudantil. Segundo relato dos participantes da época, mostrado no livro de Maria Paula Araújo “Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias” (2007), em momento algum os estudantes reagiram, pois eles não acreditavam que o governo Jangotinha sido deposto de uma forma tão abrupta.

Quando o prédio da UNE foi atacado, na primeira noite a aeronáutica defendeu o prédio evitando sua destruição, mas na noite seguinte, grupos de direita ligados a ditadura retornaram ao local e colocaram fogo na sede, com o intuito de acabar com a UNE, como é mostrado no depoimento de Antônio Carlos Peixoto³: “No prédio da UNE havia uns trinta e poucos malucos fazendo coquetel Molotov, umas garrafas cheias de gasolina, fazendo aqueles talinhos na rolha, para armar o coquetel Molotov ” (Araújo, 2007, p.152).

² Genival Barbosa foi o presidente da UNE eleito no congresso de 1948. Ele foi entrevistado pela pesquisadora Maria Paula N. Araújo. A autora publicou trechos desta e de outras entrevistas no seu livro “Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias”, publicado em 2007.

³ Antônio Carlos Peixoto era militante do PCB e ativista do movimento estudantil. Ele foi entrevistado pela pesquisadora Maria Paula N. Araújo. A autora publicou trechos desta e de outras entrevistas no seu livro “Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias”, publicado em 2007.

Figura 1 Incêndio na cede da UNE 1 de abril de 1964



FONTE: <http://une-fargate-elb-708473163.us-east-1.elb.amazonaws.com/secoes-praia/fotos/>

Figura 2 Pagina do Correio da Manhã de 2 de abril de 1964 noticiando o ocorrido na cede da



UNE

FONTE: <http://une-fargate-elb-708473163.us-east-1.elb.amazonaws.com/secoes-praia/fotos/>

No relato de Peixoto, pode-se perceber a violência com a qual a UNE foi tratada logo após o golpe, mostrando assim que não haveria diálogo com os universitários no novo governo. Colocando assim a UNE na clandestinidade.

Após a criação da lei Suplicy (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964) que, regulamentava a atuação dos Diretórios Acadêmicos (DAs'), Centros Acadêmicos (CA's) e Diretório Central dos Estudantes (DCE's), com intuito de enfraquecer o movimento estudantil no âmbito nacional, e a UNE ser colocada na clandestinidade. Entidades livres foram criadas, para que os estudantes continuassem suas movimentações políticas, sem a restrição do governo.

Segundo Rodrigo Patto Motta (2014, p. 55), “é imprescindível perceber que o regime militar, para perdurar, adotou outras armas além da violência”. Assim, o “Estado combinou a violência com estratégias de negociação e acomodação, para aplacar as oposições e reduzir a resistência ao seu poder”.

De acordo com Motta (2014, p.56) as universidades foram alvo do governo militar devido à forte influência destas instituições na sociedade brasileira, assim estas passaram por uma reforma administrativa. “As universidades foram um dos alvos principais do projeto modernizador da ditadura, pelo papel que elas têm na preparação de elites administrativas, de tecnólogos e cientistas, mas também por sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais” (Motta, 2014, p.56).

Em 1968 foi decretado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) que cerceou a liberdades individuais e constitucionais dos indivíduos. Deu início a fase mais dura da ditadura civil-militar brasileira. Segundo Araújo (2007), a radicalização que culminou em 1968, começou em 1966, quando ocorreram violentos confrontos entre o movimento estudantil e a polícia, como o massacre da Praia Vermelha (protesto realizado pelos estudantes contra o pagamento de taxas de anuidades) que culminou na invasão do prédio da Faculdade de Medicina, como uma forma de pressionar, mas a polícia cercou o prédio e invadiu.

Após a morte do estudante Edson Luís⁴, estudante secundarista que foi assassinado pela polícia militar durante um protesto contra a alta dos preços e a má qualidade da comida no restaurante universitário Calabouço, em 1968. Na missa de sétimo dia de Edson, houve mais uma demonstração de violência e intolerância do governo, o exército ocupou o centro da cidade e na saída da missa a cavalaria da polícia militar atropelou os estudantes que ali manifestavam. Contudo, também neste período ocorreram manifestações pacíficas, como a Passeata dos 100 mil.

A passeata dos 100 mil, ocorreu no dia 26 de junho de 1968 na cidade do rio de janeiro, e foi organizada pelo movimento estudantil, que convocou a população para a rua exigindo a libertação de presos políticos e protestando contra a repressão policial. Apesar dos estudantes

⁴ Edson Luís de Lima Souto foi um estudante secundarista brasileiro assassinado por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro.

após a passeata serem recebidos pelo então presidente Costa e Silva, nenhuma de suas reivindicações foram aceitas. A figura 3 mostra a passeata.

Figura 3 Discurso de Vladimir Palmeira na passeata dos 100 mil no dia 26 de junho de 1968



FONTE: <http://memorialdademocracia.com.br/card/passeata-dos-cem-mil-afrenta-a-ditadura>

Em 13 de outubro de 1968, na tentativa de realizar o XXX Congresso da UNE, os estudantes se reuniram em um sítio em Ibiúna, mas antes que conseguissem terminar o congresso os policiais do DOPS chegaram e prenderam todas as lideranças que estavam presentes cerca de 1000 pessoas foram presas, não houve resistência por parte dos jovens.

Figura 4: Jovens sendo presos no congresso de Ibiúna 13 de outubro de 1968



FONTE: <https://m.facebook.com/uneoficial> postagem feita em 12 de outubro de 2023

O período posterior ao AI-5 foi muito violento. Muitos militantes intensificaram a luta armada, com o intuito de combater a repressão, se tornou um ato heroico abandonar as salas de aula e lutar pela liberdade e pela democracia, neste contexto, muitos estudantes foram

torturados, mortos, presos, considerados desaparecidos e/ou exilados.

Em 1977, o ato público da Pontifícia Universidade Católica (PUC) reuniu em torno de cinco mil estudantes, para pedir a soltura dos militantes que haviam sido presos, neste ato houve a participação até o reitor da PUC. Nesse momento os movimentos estudantis estavam ganhando força novamente, em meio ao cenário político do Brasil, após anos de repressão e clandestinidade.

Entre os anos de 1983 e 1984 foi constituída uma forte manifestação para a retomada das eleições diretas para presidente da república. Aconteceram várias manifestações, passeatas, em todo o Brasil.

Com o fim da ditadura em 1985 a UNE voltou a ser legalizada, e com isso buscou retornar para a sua antiga sede na Praia do Flamengo, mas o terreno pertencia a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que o utilizava como estacionamento e não queria devolvê-lo.

Figura 5 Manifestação dos estudantes pedindo o prédio da UNE de volta



FONTE: <http://une-fargate-elb-708473163.us-east-1.elb.amazonaws.com/secoes-praia/fotos/>

Na década de 1990, destaca-se o movimento Cara-Pintadas que foi crucial no impeachment do então presidente Fernando Collor. Nesse contexto, a UNE teve uma participação expressiva nacional, tornando-se assim uma referência política do movimento que resultou ao final na deposição do presidente. Já no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso as principais lutas do movimento estudantil foram contra a privatização das estatais, inclusive das universidades.

No ano de 2002, houve um esforço muito grande por parte da UNE e de outras entidades populares e democráticas para que Luiz Inácio Lula da Silva, fosse eleito presidente do Brasil. Assim com a eleição de Lula o diálogo entre os estudantes e a presidência da república estava aberto novamente.

Com a virada do século, o movimento estudantil buscou diversificar sua luta, como a atuação em bienais, que auxiliam no combate a violência de gênero, transfobia e racismo, dando

assim, apoio as demandas da sociedade.

Durante o governo Dilma o movimento estudantil conseguiu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42 de 2008 (PEC da Juventude), que reconhece constitucionalmente os direitos da juventude, e a aprovação da lei do Pré-sal, que garante 50% dos recursos obtidos da exploração do pré-sal para a educação.

Ao pensar em movimento estudantil, logo pensa-se na UNE, devido a sua importância política no cenário brasileiro, ao longo dos anos e a luta pela democracia e liberdade. Além de desde os primórdios ter sido constituída para ser uma representação estudantil unificada em âmbito nacional.

Apesar da UNE ser reconhecida como representante nacional dos estudantes, em 2009 surgiu a Assembleia Nacional dos Estudantes Livres (ANEL), como oposição a UNE, criada por membros do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), pois para os opositores, a UNE se tornou um órgão dependente do governo.

Mais recentemente a UNE, foi muito importante durante a pandemia do Covid-19, onde organizaram doações a comunidades, foram a favor da vacina e fizeram campanhas para que a população se vacinasse e se movimentaram contra as fakes News. Pensando nas universidades a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), se deu por pressão dos estudantes, e garantiu um fundo maior de investimento para a educação.

A UNE continua sua luta pelos estudantes, mas agora aliada a outros movimentos que representam novas demandas da sociedade atual, como o movimento feminista, movimento negro, movimento LGBTQIAPN+, movimento indígena entre outros. Como forma mais recente de manifestações da UNE em prol de outros ramos da sociedade tem-se o movimento pelo fim da guerra entre Israel e Palestina.

Figura 6 Cartaz da Une em solidariedade ao povo palestino



FONTE: <https://m.facebook.com/uneoficial> postagem feita em 29 de novembro de 2023.

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE JUIZ DE FORA E DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O movimento estudantil apesar de ter se constituído em torno da UNE, ele é composto por diversas instituições que de certa forma são ligadas a UNE, como: União Estadual dos Estudantes (UEE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), DA's, CA's, DCE's, grêmios estudantis, dentre outras organizações.

No caso deste trabalho de conclusão de curso, o órgão que será estudado é o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (DCE-UFJF). Esta entidade é responsável por representar o corpo discente na reitoria, levando reivindicações, propostas e ideias da categoria. Tem o objetivo de promover a integração dos alunos da universidade, dispondo em contato ideias, trabalhos, pessoas e experiências de todo o universo estudantil. O DCE é um espaço aberto a ideias, pessoas, trabalhos e experiências, a fim de criar projetos e eventos que reúna toda a diversidade que compõem uma universidade.

O DCE é um veículo de luta dos estudantes, onde estes podem lutar com mais ímpeto por seus direitos, cobrar qualidade do ensino, melhorias na infraestrutura, contratação de professores, fiscalizar o restaurante universitário e no caso de universidades particulares podem cobrar mensalidades justas, e também, pelo respeito à classe estudantil. Dessa forma, o DCE é um espaço de luta pela democracia e pela construção de uma sociedade mais justa.

O DCE-UFJF surgiu em conjunto com a federalização das faculdades em Juiz de Fora, a partir da lei nº 3858 de 23 de dezembro de 1960, sancionada pelo ex-presidente Juscelino Kubitscheck, que tomava federais as faculdades já existentes na cidade (Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e Economia).

Sobre o DCE-UFJF destaca-se o trabalho da historiada Gislene E. Lacerda, “Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985” (2011)⁵, como referência sobre a atuação deste órgão. Através desse livro é possível analisar as chapas que concorreram a direção, os principais membros (que foram entrevistados pela pesquisadora), as lutas e um contexto geral do período. Além disso, tem-se como fonte os documentos do acervo do DCE que estão custodiados do Centro de Conservação da Memória da UFJF, localizado no antigo prédio do DCE.

⁵ É importante que ressaltar que foi a partir da pesquisa para dissertação de mestrado da pesquisadora Gislene E. Lacerda, que se verificou a necessidade de organização do acervo do DCE-UFJF.

Ao trabalhar o movimento estudantil em Juiz de Fora, Lacerda (2011) busca compreender as influências políticas que ocorriam no cenário nacional e como estas influenciavam as disputas eleitorais dos CA's, DA's e DCE's da UFJF.

Sobre os anos iniciais do DCE-UFJF não se tem muita documentação e nem trabalhos acadêmicos sobre este órgão. Devido ao período da ditadura civil-militar, a perseguição, censura, muitos documentos desapareceram. Além disso, não era comum uma gestão deixar os documentos organizados para a direção seguinte, o que dificulta a construção de uma narrativa. Mas verifica-se que o DCE-UFJF foi atuante na luta contra o regime militar.

A partir da segunda metade da década de 1970, consegue ter um panorama mais estruturado sobre a atuação do DCE-UFJF, principalmente na luta pelo retorno da democracia e pelo fim da ditadura. Portanto, a mudança no panorama sociopolítico do Brasil com o ressurgimento dos partidos políticos vai influenciar diretamente nos movimentos estudantis, pois este vai começar a agregar as demandas dos partidos dentro da política da Universidade.

Dessa forma, este fenômeno da influência dos partidos políticos pode ser observado nas eleições do DCE-UFJF, que no ano 1976 tinham chapas opostas, uma ligada à esquerda marxista, que perdeu as eleições para um grupo de direita que era a chapa Xequemate, que centrava seus esforços nos problemas universitários, apresentando assim em seus planos de gestão, políticas voltadas apenas para a universidade, sem direcionar a atenção para os problemas políticos nacionais. Contudo, a esquerda não perdeu as eleições nos DA's e CA's o que possibilitou um movimento que segundo Lacerda (2011) fez crescer a impopularidade da chapa de direita, fazendo assim com que o DCE-UFJF voltasse para as mãos da esquerda, que era a chapa Ponto de Partida na gestão seguinte.

Porém, essa nova esquerda presente nas universidades não tinha um pensamento unificado, havia uma ramificação de grupos ligados a esquerda com diferentes tendências que criaram várias chapas com projetos diferentes.

Após o ano de 1977, as chapas que passaram a disputar as eleições do DCE-UFJF tinham todas ideais de esquerda. Dentro das lutas propostas por estas estavam a reestruturação da UNE e da UEE, a liberdade universitária, liberdadedemocrática, a luta pelos oprimidos, a anistia, fim da censura e a liberdade partidária.

Segundo o depoimento de Flavio Checker⁶ cedido a Gislene E. Lacerda (2011)

[...] A gente sempre procurou a fazer esse pulo do gato, sabe, eu me

⁶ Flavio Checker foi coordenador geral do DCE-UFJF na gestão 1977/1978. E foi entrevistado por a Gislene E. Lacerda para a realização de sua dissertação de mestrado: as esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juiz-foranos durante a transição democrática brasileira (1974-1976).

lembro que todas as palavras de ordem estudantis terminavam invariavelmente com o pelas liberdades democráticas e abaixo a ditadura, então não tinha luta estudantil que não se vinculasse a lutas mais gerais da sociedade [...] (CHECKER, 2011)

Assim, no âmbito do DCE-UFJF e no movimento estudantil em nível nacional, pode-se perceber a importância da vinculação entre os movimentos sociais, que se preocupam além das demandas específicas de cada setor, com as questões da sociedade geral.

Uma das lutas que perpassou quase todas as gestões do DCE-UFJF foi a questão do transporte público. Após a inauguração do novo acesso ao campus da universidade pela Avenida Presidente Itamar Franco, que na época era denominada Avenida Independência, os pontos foram modificados dificultando assim o acesso dos estudantes ao campus e ao Restaurante Universitário (RU).

No ano de 1978, houveram manifestações estudantis pela melhoria do transporte público da cidade, o movimento que era pacífico e mesmo assim acabou sofrendo uma repressão muito violenta por parte da polícia, o que culminou mais tarde em uma greve estudantil.

A greve estudantil de 1978 ficou conhecida como uma das maiores greves realizadas pelo movimento estudantil da cidade de Juiz de Fora. O DCE-UFJF para mostrar a população os motivos da greve, distribuiu panfletos que denunciavam a precariedade do sistema de transporte público. Para Lacerda (2011) os estudantes fizeram discursos denunciando a cumplicidade entre o prefeito Francisco Antônio de Melo Reis do partido ARENA e a ditadura militar, que se preocupavam apenas com o interesse dos grandes magnatas do transporte.

A repercussão da greve e da repressão policial com os estudantes, alcançou nível nacional, de forma que vários setores apoiaram os estudantes, como a Assembleia do Estado de Minas Gerais que fez um pronunciamento falando do ocorrido, os estudantes dos cursos secundaristas do Colégio Magister e as faculdades particulares também aderiram ao movimento como o Centro de Ensino Superior (CES) e a Faculdade Machado Sobrinho.

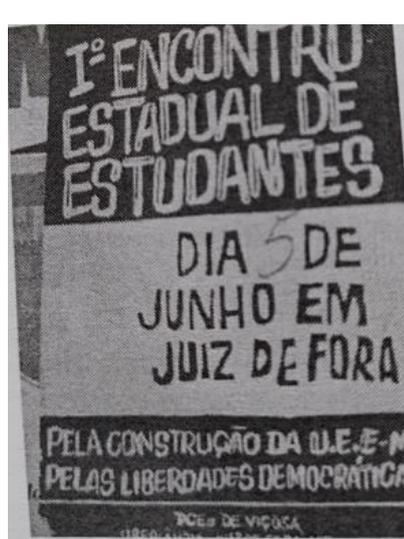
Apesar da “greve dos cachorros, mostrou o movimento estudantil de forma unificada por vários setores da sociedade, as reivindicações feitas pelos estudantes não foram todas atendidas, devido a pressão da reitoria e da prefeitura, porém teve uma tênue amenização nos problemas do transporte público.

Com a grande repercussão da greve, apesar de não atingir seus objetivos, os estudantes utilizaram essa visibilidade para dar continuidade a algumas pautas do movimento, como a volta da UEE-MG e a recuperação de antigas entidades de representação dos estudantes.

Em junho de 1978, os estudantes realizaram o I Encontro Estadual dos Estudantes em

Juiz de Fora, o que não agradou o reitor que se utilizou da Lei de Segurança Nacional para intimidar e impedir que o encontro fosse realizado na UFJF. De acordo com Lacerda (2011, p. 147), os estudantes ao saberem que o encontro havia sido vetado pelo reitor, buscaram apoio popular para a realização do evento e o adiantaram em um dia para evitar a repressão policial e da reitoria.

Figura 7 Cartaz do Iº Encontro Estadual de Estudantes



Fonte: acervo do DCE-UFJF CECOM

Se em 1978 a maior atuação do DCE-UFJF foi em relação ao transporte público municipal, em 1979 a pauta foi a precariedade do RU, com comida de má qualidade e o aumento do preço da refeição. Assim, os estudantes se mobilizaram e ocuparam o RU. Apesar de não ter acontecido nenhum ato de vandalismo, nem depredação do espaço público, os quatrocentos estudantes que ocuparam o espaço de forma pacífica foram duramente reprimidos pela polícia, que obteve aval do reitor para entrar no campus. Com isso alguns estudantes foram presos (Lacerda, 2011, p. 149).

Dentro desta perspectiva de apoio a causas que não são diretamente ligadas as pautas do movimento estudantil, mas que estão ligadas a questões da sociedade de forma geral, tem-se a participação do DCE-UFJF, na luta pelos garis⁷, que após uma paralisação foram demitidos sem nenhum aviso prévio. E para evitar que essas pessoas passassem por grandes necessidades foi realizada uma campanha de arrecadação de dinheiro e alimento para os garis. A campanha

⁷ Diário mercantil de 10 de janeiro de 1980, p. 05.

obteve uma participação popular significativa.

A sede do DCE serviu de lugar para as reuniões dos garís, que buscavam o recebimento do 13º salário de janeiro de 1980, e buscavam definir medidas para que o movimento as solucionasse ou chegassem a um acordo com a prefeitura. Ou seja, o movimento estudantil foi/é muito presente nas lutas de outros movimentos também, mostrando a articulação entre os movimentos sociais.

Em Juiz de Fora com o fim do AI-5 e a revogação dos decretos 228 de fevereiro de 1967⁸ e 477 de fevereiro de 1969⁹ que se refletiam diretamente sobre os estudantes, o MEC exigiu um regulamento que acolhesse o movimento estudantil, isso representou uma grande vitória, pois todas as reivindicações pedidas foram aceitas pelo MEC.

O novo embate produzido pelo movimento estudantil e a reitoria foi em relação a mediada aprovada pela universidade, que segundo o DCE-UFJF era uma forma de julgamento dos estudantes que participavam do movimento estudantil, pois como possuíam grandes participações nas atividades do movimento, não conseguiam terminar seus cursos dentro do período previsto pelo regulamento. Para os DCE's das instituições de ensino superior do Brasil a extensão da carga horária, fazia com que os estudantes não tivessem tempo para participar dos movimentos políticos.

Outra luta que foi encabeçada pelo DCE-UFJF no mesmo ano, foi contra a criação das licenciaturas curtas, uma vez que, a qualidade de ensino seria prejudicado, devido o aumento da demanda e a diminuição do currículo. Além disso, haveria um reflexo negativo no ensino básico, pois a formação de professores sofreria um déficit, tendo em vista que alguns conteúdos não seriam trabalhados-

Apesar de em 1980 iniciar um “período de abertura política” os estudantes ainda sofriam repressões e também havia prisões por manifestações políticas, como no caso do estudante de filosofia José Reinaldo Duarte, que foi preso em 1980 devido a distribuição de panfletos na cidade, que continham notas a população protestando contra a prisão de professores e a repressão sofrida durante a greve dos docentes. Após a prisão do estudante o DCE-UFJF agiu de forma efetiva contra a repressão e a opressão que ocorria na cidade. Lacerda (2010, p. 155)

Contudo, os atos de insatisfação contra a ditadura militar se acirraram, ainda mais após o aumento na mensalidade das universidades particulares e a falta de verba para a universidade pública. Houve uma manifestação dos estudantes e de outras instituições como o Centro de

⁸ Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

⁹ Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

Ensino Superior (CES), o Comitê Brasileiro pela Anistia, a União dos Trabalhadores do Ensino e alguns partidos políticos. Como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP), que buscavam além das pautas estudantis a punição de torturadores que permaneciam impunes.

Dentro do âmbito das universidades se buscava também, a melhoria no ensino e o aumento de verbas para as universidades para poder manter as atividades básicas. No ano de 1982 uma portaria do Ministério de Educação e Cultura (MEC) aumentava em 590% o preço do restaurante universitário. O que culminou em greves por todo o país. Em Juiz de Fora, não foi diferente, após esta decisão os estudantes foram para reitoria para tentar negociar o funcionamento do RU por um preço acessível, mas o preço não foi aceito, sendo atendidos apenas estudantes carentes. Então, os estudantes se mantiveram em greve. Lacerda (2010, p. 163).

Após quinze dias de greve o DCE-UFJF, se reuniu novamente com o reitor, mas este por sua vez disse que não podia fazer nada, pois essa era uma portaria do MEC que deveria ser cumprida. Depois dessa reunião os estudantes entenderam que não poderia fazer nada contra isso, mas como um último ato, foi realizado um enterro simbólico do reitor e um protesto contra o MEC.

Figura 8 Enterro simbólico do reitor



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 9 Enterro simbólico do reitor



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

O movimento universitário de Juiz de Fora foi muito atuante também em relação a escolha do seu próprio reitor, chegando a fazer manifestações para que os nomes que foram escolhidos pela comunidade universitária fossem colocados na lista sêxtupla. Apesar da vontade da comunidade universitária não ter sido respeitada, dos seis nomes da lista quatro foram escolhidos mediante a votação.

O movimento cultural de Juiz de Fora sempre esteve atrelado as demandas dos movimentos sociais da cidade. Na década de 70 o movimento estudantil buscou reaver a cultura na cidade compreendendo esta como uma forma de resistência.

Segundo Musse (2006, p.114), quando a UFJF foi criada ela se tornou “polo atrator e difusor de cultura, principalmente através das atividades de seus estudantes”, ou seja, até a criação do AI-5, a universidade promoveu diversos eventos culturais, como a criação do centro de estudos cinematográficos. Desta forma a cultura foi utilizada pelos movimentos sociais como uma forma de difusão de suas ideias e servia de alerta também sobre as atrocidades do regime militar.

No ano de 1974 pode-se perceber uma volta dos movimentos culturais em Juiz de Fora, e com isso o DCE-UFJF na busca pela redemocratização da universidade, começa a investir em ações culturais a primeira delas foi o som aberto, que acontecia aos sábados onde eram apresentadas músicas, poesias, entre outros, os estudantes utilizavam o próprio espaço do DCE-UFJF, para a realização do evento, outros eventos também ocorriam neste espaço como as calouradas. Portanto para o movimento estudantil investir em cultura era uma forma de promover a democracia e ao mesmo tempo de resistir a ditadura

Figura 10 Cartaz do Som Aberto DCE-UFJF



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 11 Notícia na tribuna de minas sobre o domingo musical



FONTE: Fotografia cedida por Edson Leão Ferenzini para o Projeto História da UFJF - site do Projeto História da UFJF

Figura 12 Foto do Primeiro Domingo Musical



No 1º Domingo Musical do DCE, a atuação do Grupo Uavisiliu, que tem levantado na cidade uma experiência nova em termos da dança

FONTE: Fotografia cedida por Edson Leão Ferenzini para o Projeto História da UFJF - site do Projeto História da UFJF

As gestões de esquerda do DCE-UFJF, sempre mantiveram seu compromisso com a cultura, seja através da realização de shows, exposições, saraus, calouradas e outras atividades, ou emprestando o espaço do prédio do antigo DCE (localizado na Av. Getúlio Vargas, no Centro de Juiz de Fora) para que outros setores realizassem outras atividades

Ao compreender as lutas do DCE-UFJF, percebe-se assim a importância do movimento estudantil para a formação de um pensamento crítico dos estudantes de Juiz de Fora e para a conquista de muitos direitos.

Dentro do espaço da universidade, com o REUNI em 2007, houve uma ampliação tanto no espaço físico da universidade como na ampliação de vagas buscando aumentar o número de jovens no ensino superior em faculdades públicas. A ampliação na UFJF contou com a criação dos laboratórios, melhorias no campus dentre outros. Com o PROUNI e a lei de cotas, o acesso ao ensino superior gratuito se tornou possível aos estudantes de baixa renda, pois antes da lei as universidades eram voltadas para as elites, pois o acesso era realizado por meio de vestibulares que eram difíceis para os alunos de escola pública e quase não existia curso anoite o que dificultava a ascensão destes alunos ao ensino superior, pois muitos trabalhavam na parte do dia.

Com a vinda dos anos 2000 houveram mudanças no DCE-UFJF como a agregação de novos movimentos sociais como o movimento negro, como o movimento feminista, o movimento LGBTQIAPN+, movimento indígena. Assim como algumas demandas do

movimento estudantil da década de 1970, permanecem até hoje, como o transporte público e uma universidade gratuita.

Figura 13 Manifestação em prol da educação DCE-UFJF (19 de outubro de 2022)



FONTE: <https://m.facebook.com/ufjfdce>.

Figura 14 Cartaz do DCE-UFJF sobre a falta de ônibus na universidade (1 de outubro de 2022)



FONTE: <https://m.facebook.com/ufjfdce>.

Figura 15 Cartaz sobre evento cultural do DCE-UFJF (05 de novembro de 2022)



FONTE: <https://m.facebook.com/ufjfdce>

Portanto, pode-se perceber através da pesquisa realizada que apesar decorrer dos anos e de muitas conquistas, alguns problemas persistem, a luta pelo ensino público e de qualidade é constante.

PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

A preservação dos arquivos de movimentos sociais está inteiramente ligada a história e a memória produzida por estes movimentos. Quando se pensa em memória, geralmente, tem-se uma definição genérica a capacidade de adquirir ou armazenar conhecimento. Na memória histórica tem-se a criação da memória nacional o que gera uma identidade nacional, porém segundo a história está não é totalmente confiável, pois pode ser manipulada e modificada pelas forças de poder ou até mesmo pela população local, ou cair no esquecimento de forma natural.

Na visão de Le Goff (2013, p.04), a memória é um elemento essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva, que consiste em atividades fundamentais que os indivíduos e sociedades buscam, mas a memória coletiva é um instrumento de poder, pois através dela você pode apagar ou criar um passado de uma determinada sociedade. Segundo Le Goff (2013, p.04), a história é a forma científica da memória coletiva, pois se enquadra a memória coletiva nos padrões da história para investigar determinados eventos, estas produzem dois tipos de matérias, os documentos escolhas dos historiadores e os monumentos heranças do passado. Portanto nenhum documento é inoculo, ou seja, todo documento possui as questões sociais da época que ele fora produzido, seja direta ou indiretamente

Para Nora a história, “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não

existe mais” (NORA, 1993, p. 9), pois segundo ele, a história busca uma representação crítica do passado, ao contrário da memória que só se explica pelo presente, ou seja, são os apelos do presente que nos explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e sem contradições.

As duas visões de história e memória a cima citadas mostra a memória como um campo de disputa, e a história como um mecanismo de identificação da verdade por traz da memória, o que nos permite compreender o que seria amnésia coletiva ou até mesmo a amnesia histórica, a segunda geralmente está vinculada as instituições de poder que criam “as regras de exclusão, supressão ou repressão” devemos sempre perguntar: “quem quer que esqueça o quê, e porquê” (BURKE, 1992, p. 248).

Quando se fala na preservação dos documentos de movimentos sociais, se fala em uma disputa de lugar de memória, pois muitos movimentos são apagados da história ou passam pelo processo de amnesia coletiva, o que gera um esquecimento, ou seja, cabe a história e a sociedade atual recuperar esta memória e preservar, pois, os movimentos sociais são o reflexo das demandas da sociedade e os documentos por estes produzidos são reflexos dessa realidade.

Para Luciana Quillet Heymann (2005, p. 01) os historiadores ao estudarem as fontes produzidas pelos indivíduos, não levam em consideração a dimensão social das fontes produzidas, ou seja, qual foi o processo social que transformou os registros em fontes históricas, ou seja, o que levou este acervo ou documento a se tornar uma fonte histórica, compreendendo assim os arquivos não apenas como a trajetória pessoal de quem o produziu tentando reproduzir a história da pessoa, mas sim buscar compreender os ideário políticos, projetos pessoais e processos sociais advindos desse arquivo.

Toda via quando Le Goff (2013, p.16) apresenta a ideia do documento/monumento compreende-se que todo documento se torna um monumento, pois este foi feito por uma sociedade para deixar algo registrado para o futuro, o que muda e a forma como essa sociedade deixo, pois, um monumento geralmente está em lugar público e possui algum destaque, já os documentos ficam guardados e dependem de um historiador para virem átona, portanto os documentos dos movimentos sociais não são apenas, documentos, mas sim monumentos também, pois seus cartazes e lutas que foram deixados para a posterioridade, para lembrar o que os movimentos sociais conseguiram através das lutas.

Em vista disso, ao se falar em preservação de arquivos de movimentos sociais a primeira coisa que precisasse entender é que os arquivos produzidos por este são reflexos de uma conjuntura social existente na época em que aquele movimento surgiu ou do documento

ao qual o pesquisador está estudando. Segundo, Maria Paula Araújo (2007, p.96-97) os indivíduos não pertencem apenas a um grupo, mas se inserem em múltiplas relações sociais, e suas memórias refletem esse contexto assim como a sua participação nos movimentos.

Os movimentos sociais produzem documentos e formam conjuntos documentais que não apenas demonstram o seu exercício e organicidade, mas, também, a organização e a estruturação da sociedade em que estão inseridos e a que pertencem.

Estes documentos podem incorporar arquivos dos próprios movimentos ou de outras instituições. Este acervo também é parte de apoio da memória sendo um patrimônio vital para a constituição histórica e indenitária do coletivo.

Os participantes de movimentos sociais geralmente produzem os documentos no ato comunicativo, o que possibilita a criação de um vínculo, de uma concepção da identidade, onde os membros e simpatizantes dos movimentos transmitem valores morais.

Os arquivos refletem a instituição produtora e podem ter a utilização como fonte de história e ser um meio de preservar a memória. Ao conservar estas fontes estar-se preservando a história social, correspondendo à maneira de auxiliar no registro das informações passadas e colaborar para a formação da identidade cultural.

Além das questões de memória e história citadas acima, existe ainda a questão da preservação dos documentos administrativos, arquivos correntes e intermediários¹⁰, que já possuem guardas. No sentido de este documento está armazenado conforme as leis arquivísticas, eles estarem em um local de guarda apropriado, que respeita a gestão de risco de patrimônio histórico, pois a preservação dos acervos vai muito além da simples guarda do papel, existe por trás uma questão de regras e mecanismos que devem ser obedecidos para a guarda destes acervos.

Pensando nos novos desafios de guarda dos documentos dos movimentos sociais tem-se a questão das redes sociais, que marcam um desenvolvimento na mobilização social devido a comunicação ficar mais simples, pois hoje com apenas um clique é possível se comunicar com diversas entidades sobre manifestações. Porém, essa facilidade de acesso e comunicação gera muitos documentos digitais, pois só existem dentro dos servidores e softwares, exigindo, assim, uma nova forma de guarda, como preservar documentos que já são digitais.

¹⁰ Arquivos correntes são compostos por documentos que ainda tramitam ou estão em uso constante na administração, continuamente necessário às rotinas diárias fazem parte da primeira fase em questão. Arquivos intermediários são os documentos transferidos ao arquivo intermediário já não possuem mais frequência de consulta, uso ou sequer tramitam, mas ainda possuem valor legal, probatório, fiscal, arquivístico e, portanto, não podem ser eliminados.

Com a emergência da internet e a possibilidade de guardar os documentos dentro de pastas digitais, tornou-se mais fácil guardar uma gama muito maior de documentos, sem ocupar um espaço físico. Contudo, há a preocupação com a preservação e custódia desses acervos digitais. Visto que depende de as pessoas salvarem os arquivos, fazerem backups, não apagarem conversas importantes (como organização de eventos em grupos de whatsapp, antes a comunicação era feita por ofícios, memorandos, telegramas, cartas, que geralmente eram guardados, as fotos eram reveladas...).

Além das dificuldades da preservação dos documentos digitais, existe também a falta de informações nos Cartazes e post no Instagram e Facebook, pois muitos documentos são produzidos para movimentações políticas imediatas, ou seja, tem apenas os dias, horários e locais, sem colocar o ano. Para a utilização como fontes de pesquisas e/ou para a organização e conhecimento do próprio setor, a falta de informações pode ser prejudicial.

Figura 16 Cartaz da Une greve unificada de São Paulo (28 de novembro de 2023)



Fonte: Perfil da UNE oficial no Facebook

Figura 18 Evento de encerramento de gestão do DCE-UFJF



Fonte: Perfil oficial do DCE-UFJF no Facebook

Figura 19 Cartaz “Você já foi a uma BIENAL DA UNE?”



Fonte; Perfil oficial do DCE-UFJF no Facebook

As fotos acima foram publicadas do Facebook oficial do DCE-UFJF. Pode-se perceber que na Figura 15, tem-se a data da realização do evento horário e local, mas o ano só foi possível identificar através do post que foi feito em 2022. Na Figura 16 observa-se uma divulgação sobre a 13ª Bienal da UNE. As informações do evento foram publicadas apenas na legenda do post. Dessa forma, o cartaz não apresenta informações importantes, como data, horário e local.

Figura 20 cartaz do som aberto



Fonte: Acervo do DCE-UFJF – CECOM

Na figura 17, pertencente ao acervo do DCE-UFJF, pode-se ver que a data está incompleta, sem o ano. A gestão dessa diretoria foi entre os anos de 1993 e 1994, ou seja, para saber o ano do evento teria que saber exatamente quando esta gestão assumiu se foi antes da data de 21/07 ou depois.

Portanto os exemplos acima mostram a falta de informação em documentos que posteriormente possam vir a se tornar documentos permanentes, sendo parte de um acervo composto por documentos que estão relacionados a história do movimento estudantil, sendo assim, importante a preservação destes.

Outrossim é importante a preservação dos documentos dos movimentos sociais para a informação da sociedade, para a compreensão da história do Brasil, a partir da luta por direitos humanos e essenciais. Assim, é possível compreender tensões políticas e conflitos a partir do olhar dos movimentos sociais o que nos permitem realizar uma análise através da “história vista de baixo.”¹¹

Compreendendo a importância da preservação dos documentos de movimentos sociais tem-se vários centros de conservação da memória que ficam responsáveis pela guarda destes acervos como o Centro de Conservação e Memória da UNESP-CEDEM, que foi uma coordenadoria da Universidade Estadual Paulista, voltada para os estudos de história, memória e documentação, criada pela Resolução Unesp-96 de 10/09/2003, nos termos dos artigos do Estatuto da UNESP. Que possui a guarda dos seguintes acervos, Projeto Memória da

¹¹ A história vista de baixo consiste na corrente teórica de historiadores que procuram produzir conhecimento histórico a partir do ponto de vista de mulheres e homens considerados comuns até então, mas que foram tão sujeitos do processo histórico estudado quanto políticos e líderes militares que habitualmente protagonizam o estudo da história. Fonte; E. P. Thompson, "A história vista de baixo", Editora da Unicamp, 2001.

Universidade, Archívio Storico del Movimento Operaio Brasileiro, Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo, Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, Partido Comunista do Brasil. Instituto Cultural Roberto Morena, e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Outro exemplo de centro de conservação de memória é O Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT), que iniciou suas atividades no dia 04 de janeiro de 1999 visando à recuperação, organização e preservação da documentação produzida, recebida e guardada pela CUT e suas entidades ao longo de sua história, o arquivo é constituído por documentos que permitem conhecer a movimentação sindical em São Paulo e os atores que estavam envolvidos.

A preservação da memória dos movimentos sociais, não se restringe apenas as instituições, mas também de pessoas que tiveram uma atuação importante, que são vistas como líderes, de grande representatividade para os movimentos sociais, como o caso de Gabriel Pimenta, que foi estudante da Faculdade de Direito da UFJF e ator do Grupo de Divulgação (GD) entre 1973 e 1975. Ele atuou na defesa de 160 famílias de trabalhadores rurais pela posse de terras no Pará, e desafiou os latifundiários da região. Pimenta foi assassinado em 1980 pelo Nelito Cardoso, e até os dias atuais este crime continua impune. Atualmente, há o interesse de criar um memorial para homenagear Gabriel Pimenta e UFJF está dialogando com a Comissão de Defesa da Democracia e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para que ela seja responsável pela criação deste memorial¹².

Deste modo, observa-se um crescimento da preocupação da preservação da memória dos movimentos sociais tanto para melhor organização e identificação dos membros destes movimentos quanto para pesquisa e divulgação.

ACERVO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE JUIZ DE FORA- DCE-UFJF, CECOM

O Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora (CECOM) foi criado pela resolução nº 12/2014, com a natureza de órgão suplementar da UFJF e está associado a Pró-reitora de Cultura. Em 2014 se esperava que a sede do CECOM fosse a

¹² A notícia foi divulgada pelo portal da UFJF. Fonte: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/07/18/corte-interamericana-determina-reparacao-a-memoria-de-gabriel-pimenta/>

Fazenda de Tapera¹³ mas devido ao desacordo entre a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (dona do terreno) e a UFJF, (CONSU, 2014). Em 2016 o CECOM, se estabeleceu Av. Getúlio Vargas esquina com a rua Floriano Peixoto, no centro de Juiz de Fora. Imóvel conhecido por ter sediado a antiga Secretaria de Higiene¹⁴ do município, e antigo prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), conectando assim a memória local com a memória do acervo, pois o prédio do CECOM guarda os arquivos do DCE.

O CECOM foi criado com o intuito de preservar e valorizar a memória da instituição e do município. Para isso, são realizadas diversas atividades relacionadas a conservação de acervos documentais, memória, história e patrimônio cultural, além de minicursos, exposições, e outros eventos.

Atualmente o CECOM, possuiu a guarda dos arquivos do DCE-UFJF e do jornalista Dornevilly Nóbrega, além das coleções de fotografias de Arthur Arcuri, do ex-reitor Renê Matos, e mais recentemente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia.

Devido a importância da preservação e divulgação da memória movimento estudantil e para cumprir com a proposta de criação do CECOM, foi criado como parte do CECOM o Centro de Estudos e Memória do Movimento Estudantil (CEMOVE), devido a custódia do acervo do DCE-UFJF.

O acervo do Diretório Central dos Estudantes (DCE), foi doado em 2011, ao Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA), por meio do projeto “50 anos do Diretório Central dos Estudantes da UFJF: Organização do acervo histórico documental”, que foi coordenado pelos professores Dr. Marcos Olender e Dra. Gislene Edwiges Lacerda.

A professora Gislene E. Lacerda utilizou os arquivos do DCE-UFJF para realização da pesquisa para a sua dissertação de mestrado (LACERDA, 2010), toda via as más condições do arquivo levaram ao desenvolvimento do projeto citado acima.

Em 2012, o projeto foi ampliado e o acervo do DCE-UFJF passou a fazer parte do projeto “História da UFJF”, tendo como objetivo preservar a memória da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 2016, o acervo passou a ser custodiado na atual sede do CECOM, o “antigo DCE” (SAPORETTI, 2020).

¹³ 4 A Fazenda da Tapera é considerada a construção mais antiga de Juiz de Fora, datada no início do século XVIII. Em 1945, o doutor Cícero Tristão doou à Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora o imóvel por testamento.

¹⁴ Inaugurado em 1894, como Diretoria de Higiene Municipal de Juiz de Fora, posteriormente este prédio foi ocupado pelo Tiro de Guerra, Escola da Engenharia, Colégio Técnico Universitário, DCE, dentre outros setores. Foi tombado em 1996 e mantém sua fachada e perímetro preservados.

O protagonismo do DCE-UFJF, como movimento estudantil da cidade de Juiz de Fora, levou a representação dos alunos da universidade para o cenário nacional, abordando assim questões referentes à comunidade local e aos problemas da universidade.

O acervo do DCE-UFJF, composto por documentos administrativos, fotografias, periódicos, cartazes, panfletos e entre outros. Os do DCE-UFJF documentos sob guarda do CECOM, proporião a reconstituição da atuação deste no âmbito municipal e no âmbito universitário.

O DCE-UFJF possuía participação nos órgãos colegiados superiores, assim como participava da reunião da Prefeitura de Juiz de Fora, como a comissão de transporte, onde se discutia a qualidade do transporte, tarifas e os horários de ônibus.

A participação do DCE-UFJF não estava articulada apenas a universidade e a Prefeitura de Juiz de Fora, mas é possível encontrar em seus documentos articulações com outras entidades como a Associação Municipal dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau de Juiz de Fora - MG (AMEPS), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (UEE-MG), além da articulação com outros movimentos sociais e sindicatos.

Este acervo foi higienizado, organizado (em ordem cronológica), acondicionado e catalogado. Atualmente, está disponível para consulta, o que possibilitou a realização de pesquisa para este trabalho. Em 2022 foi iniciado o trabalho de classificação do acervo por assunto, conforme as determinações do Arquivo Nacional, se utilizando do "Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Relativos às Atividades-Meio do Poder Executivo Federal" (BRASIL, 2020) e também do "Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES". (SAPORETTI, COSTA & FARIA, 2023, p.04)

No início da catalogação e classificação dos documentos foi realizado uma análise dos documentos, a partir disso, estes foram separados em seis séries documentais, seguindo a seguinte divisão: "Série A: Documentos produzidos e recebidos pelo DCE-UFJF"; "Série B: Documentos produzidos e recebidos por outros órgãos de representação estudantil da UFJF"; "Série C: Documentos produzidos por instituições estudantis externas a UFJF"; "Série D: Documentos produzidos por entidades de classe / sindicatos"; "Série E: Documentos produzidos e recebidos pela administração central da UFJF" e "Série F: Itens diversos.

Após toda classificação inicial, os documentos foram separados novamente em séries A B e C que estão sendo classificadas segundo o código do poder executivo no "Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos à atividades-

meio do Poder Executivo Federal” (BRASIL, 2020), e as séries classificadas em C, D e F estão sendo classificadas por ordem alfabética das instituições ou entidades externas a UFJF.

Juntamente com a classificação estão sendo realizadas a elaboração de planilha com códigos para cada folha para facilitar a procura do documento. O acervo do DCE-UFJF, possui documentos referentes aos anos de 1974 a 1992, sendo que o limite temporal do acervo é o ano de 2019.

Por conseguinte, a preservação do acervo do DCE-UFJF, não é importante apenas para a universidade, mas sim para toda a população de Juiz de Fora, pois através do movimento estudantil, esteve ligado a diversos setores da cidade, constituindo assim em acervo de memória local e patrimonial.

Abaixo segue alguns exemplos de documentos que pertencem ao DCE-UFJF. Primeiramente, ilustra-se alguns documentos ligados a eventos culturais (Figuras 21,22,23 ,24 e 25).

Figura 21 Cartaz do som aberto evento tradicional da UFJF



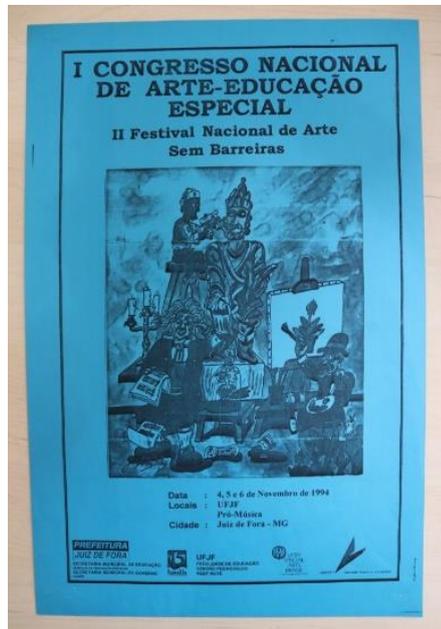
FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 22 Foto do Domingo Cultural



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 23 Cartaz do I Congresso Nacional de Arte – educação especial



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 24 Cartaz da festa junina do DCE-UFJF



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 25 Cartaz do Domingo Cultural



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Conforme é possível observar nos cartazes ilustrados acima, percebe-se que o DCE-UFJF, foi muito atuante nas políticas culturais, diversificando suas apresentações entre shows, poesias e festivais. Já no documento apresentado a seguir demonstra-se a ligação do DCE-UFJF com outras instituições do movimento estudantil, neste caso a UEE-MG (Figura 26).

Figura 26 Cartaz do congresso de reconstrução da UEE-MG



FONTE: Acervo do DCE-UFJF – CECOM

Nas imagens abaixo (Figuras 27 e 28), examina-se a movimentação do DCE-UFJF em manifestações em defesa da educação e do restaurante universitário.

Figura 27 Manifestação em prol do restaurante universitário da UFJF



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 28 Fotografia de uma manifestação para conquistar uma nova escola gratuita e popular

FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM



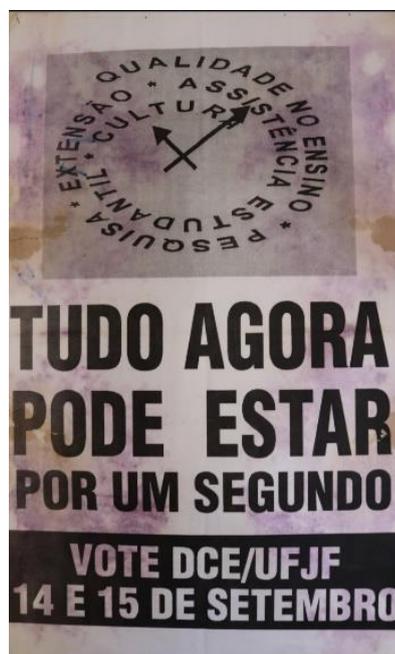
Nos cartazes mostrados abaixo, pode-se ver um pouco da movimentação política do DCE-UFJF dentro da universidade, incentivando os alunos a participarem das organizações estudantis, a se filiarem ao DCE e a participarem das eleições (Figuras 29 e 30).

Figura 29 Cartaz pedindo para que os alunos se filiem ao DCE



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 30 Cartaz sobre a eleição para o DCE



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Já nos arquivos a seguir, analisa-se a utilização do espaço do DCE-UFJF, para eventos sociais e cultura (Figuras 31 e 32).

Figura 31 Cartaz de inauguração do DCE-UFJF



FONTE: Acervo do DCE-UFJF - CECOM

Figura 32 Cartaz do I salão universitário de cultura da UFJF



FONTE: Acervo do DCE-UFJF CECOM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso buscou compreender os movimentos sociais, com ênfase no movimento estudantil, e sua importância dentro da realidade brasileira. Entendendo assim as transformações ocorridas no cenário político e social do Brasil que levaram a emergência do movimento estudantil e a luta pelos direitos humanos. Apesar do

movimento estudantil brasileiro, durante o período militar ter um destaque maior no cenário político, as demandas do movimento estudantil são anteriores a esse período.

Os movimentos estudantis abordados por este trabalho, tiveram uma importância no cenário político brasileiro de destaque, pois durante o período ditatorial não se calaram e continuaram a lutar pelo fim da ditadura e pelos direitos humanos. No caso da UNE pode-se ver uma mobilização de nível nacional que teve adesão não só dos estudantes como da população geral, e mesmo na ilegalidade buscou formas de defender os estudantes das atrocidades do governo militar. Já no âmbito no local tem-se o movimento estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora o DCE-UFJF, que lutou não só pelas demandas dos universitários como ônibus, preços mais acessíveis no RU, mas também apoiou a UNE em suas mobilizações nacionais, fez frente a prefeitura durante a greve dos garis, mostrando assim que as articulações do movimento estudantil com outros movimentos da sociedade.

Portanto a preservação dos arquivos de movimentos sociais vai muito além do reconhecimento, pois esses movimentos moldaram as realidades locais onde agiram, tornando-se assim parte da memória e história do local, preservar a memória destes movimentos é preservar a história das lutas por uma sociedade mais justa, e evitar que haja um esquecimento e por conseguinte um silenciamento do passado de lutas dos movimentos estudantis e sociais.

Toda via com o reconhecimento da importância dos movimentos sociais para a sociedade e a criação de centros de memória para a preservação dos seus acervos, surgiu em meio as discussões de preservação de documentos, os documentos digitais e como estes devem ser preservados, pois estes documentos já são feitos de forma digital e por conseguinte já são um patrimônio imaterial, ou seja, como preservar um acervo que só existe nas nuvens digitais? Apesar de existir a possibilidade de fazer várias cópias do documento e armazenar em locais diferentes, até que ponto isso é possível, pois com a obsolescência programada¹⁵ os aparelhos digitais tem um certo tempo de uso ou são atualizados por aparelhos novos e entram em desuso. Este é um dilema para a preservação de acervos digitais que ainda não possui uma resposta concreta ou até mesmo um programa de computador que seja capaz de solucionar este problema, por isso se possível fazer uma cópia em papel e acondicionar da forma correta, pois o papel tem uma durabilidade maior se for preservado de forma concreta.

¹⁵ Obsolescência Programada, também chamada de obsolescência planejada, é quando um produto lançado no mercado se torna inutilizável ou obsoleto em um período de tempo relativamente curto de forma proposital, ou seja, quando empresas lançam mercadorias para que sejam rapidamente descartadas e estimulam o consumidor a comprar novamente. FONTE; PENA, Rodolfo F. Alves. "Obsolescência Programada"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/obsolescencia-programada.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2023.

A preservação dos acervos dos movimentos sociais, permite que a posterioridade entenda o que esses movimentos foram e qual a importância destes para a sociedade, entendendo assim o contexto social no qual surgiram permitindo assim, que o movimento seja visto pelo que eles realmente foi, e não pelas manipulações das elites que estavam no poder naquele contexto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Maria Paula N. Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- BURKE, Peter. A história como memória social A história como memória social: o mundo como Teatro. Lisboa: Difel, 1992.
- DOIMO, Ana Maria. Movimento popular no Brasil pos-70: formação do campo etno-político. 1993, tese de doutorado em ciência política. Departamento de ciência política, universidade de São Paulo, São Paulo. 1993.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura: Discurso e História. Revista Estudos Avançados da USP. São Paulo, USP, volume 17, numero 49, setembro/dezembro 2003.
- GOHN, Maria. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HEYMANN, Luciana. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de " legados". Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. A memória coletiva São Paulo: Vértice, 1990.
- JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. Cooptação e clientelismo. In. BOSCHI, R. R. Movimentos coletivos no Brasil urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1983.
- LACERDA, Gislene Edwiges de. Memórias de Esquerda: O Movimento Estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2011.
- LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução Berardo Leitao[et. al]. 7 edição.

Campinas: Editora da Unicamp, 2013. Capítulo Documento/ Monumento.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MELUCCI, Alberto. (1989), um objetivo para os movimentos sociais? Lua nova, n. 17. . Ainda movimentos sociais: uma entrevista com Alberto Melucci. Novos estudos CEBRAP, n. 40, 1994;

_____. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

MUSSE, Christina Ferraz. Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício da memória sobre os anos 60 e 70 em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de doutorado.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. Projeto história. Poerner, Arthur José. O Poder Jovem. Editora Ilustrada. São Paulo: Centro de memória da juventude, 1995. Revista do programa de pós-graduação em história da PUC São Paulo. N .10. Dez .1993.

RUIZ, Osvaldo L. Manuel Castells e a "era da informação". Com ciência, n. 30. SCHERER-WARREN, Ilse. (1984), Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

_____. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 1996.

SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Ed. Paz e terra, 1988.

SAPORETTI, Carolina Martins. A trajetória da Arquivologia e dos Centros de Documentação e Memória no Brasil: Um estudo de campo do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora. In: XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020, Juiz de Fora. Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre golpes e democracias: Narrativas históricas de um sonho em vertigem. Juiz de Fora, 2020.

SILVA, A.A. Dimensões da interlocução pública: cidade, Movimentos sociais e direitos. Ciências sociais. Hoje. São Paulo: Ed. Hucitec/Anpocs/IPEA, 1994.

SILVA, A.A. Conflitos sociais e a construção de espaços públicos no Brasil. São Paulo, 1998. mimeorg.

SILVA, Marcelo K. Movimentos Sociais, Cidadania e Democracia. Cadernos de sociologia, v. 10, p. 107-135, 1998.

TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

_____. Crítica da modernidade. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. (2003), Poderemos viver juntos? iguais e diferentes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. há fontes bibliográficas no documento atual.